

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2921/2023



DISTRITO FEDERAL



TRT 10 ANULA E PROÍBE CLÁUSULA QUE REDUZ O NÚMERO DE MENOR APRENDIZ E PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

O Ministério público ajuizou uma ação anulatória em que pedia a anulação das cláusulas vigésima terceira e vigésima quarta das CCT's 2020/2020 e 2021/2021, cláusulas estas que previam a redução de contratação do número de menor aprendiz e pessoa com deficiência no âmbito das empresas de segurança e vigilância.(PROCESSO nº 0000427-61.2021.5.10.0000). O TRT10 acatou por unanimidade o voto da Desembargadora CILENE FERREIRA AMARO SANTOS e julgou a ação procedente nos seguintes termos.

“AÇÃO ANULATÓRIA. CLÁUSULAS CONVENCIONAIS PREVENDO A REDUÇÃO DA BASE CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES E PESSOA COM DEFICIÊNCIA. O art. 429, da CLT estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos de qualquer natureza empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes, o

equivalente entre 5% e 15% dos trabalhadores existentes no estabelecimento, nas funções que demandem formação profissional. Nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, a empresa com 200 a 500 empregados deve preencher 3% de seu quadro com trabalhadores de PCD's. Tais previsões tratam de direitos indisponíveis, logo, não podem ser afastadas por norma coletiva, na forma do Tema 1046 da Repercussão Geral, motivo pelo qual as cláusulas prevendo a redução da base de cálculo para contratação de aprendizes e pessoas com deficiência são nulas. Tanto assim é que o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente a Reclamação nº 49.024, apresentada neste processo, contra esta Relatora pelo segundo réu.

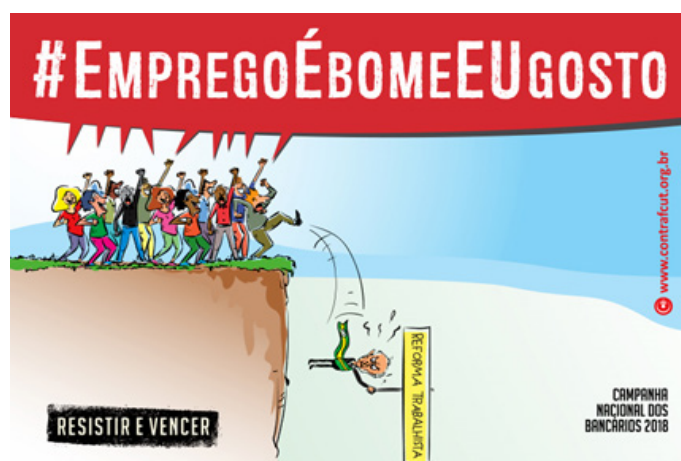
Portanto, as cláusulas perdem a validade e deixam de ter qualquer efeito jurídico.

Assim, o sindicato cumpre a determinação judicial de tornar pública a decisão em apreço.



Renda do trabalhador cai em 2022 e segue estagnada desde 2012

Ganho médio mensal foi de R\$ 2.715 no ano passado, 1% a menos que em 2021



O rendimento do trabalhador brasileiro caiu 1% em 2022 em relação a 2021. A redução foi constatada na edição mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta

terça-feira (28).

Segundo o levantamento, cada trabalhador recebeu, em média, R\$ 2.715 por mês no ano passado. Isso é R\$ 28 a menos do que em 2021. De acordo com o IBGE, o rendimento do trabalhador brasileiro segue praticamente estagnado desde 2012. A média do ganho mensal cresceu só 1,3% em dez anos, apesar de a inflação oficial no país ter acumulado alta de 81% no período.

Isso significa que, apesar de os preços no Brasil terem quase dobrado desde 2012, o ganho do trabalhador manteve-se praticamente o mesmo.

10 milhões de desempregados

Ainda segundo o IBGE, o Brasil encerrou 2022 com cerca de 10 milhões de trabalhadores desempregados. Isso corresponde a uma taxa de desemprego média de 9,3%. Na comparação com 2021, houve uma redução de 3,9 milhões no número de desempregados, ou seja, 27,9% de queda no ano.

No entanto, o número de pessoas em busca de trabalho está 46,4% mais alto do que em 2014, quando o mercado de trabalho tinha o menor contingente de desocupados da série histórica da Pnad Contínua: 6,8 milhões.

Em 2022, 56,6% das pessoas com idade para trabalhar estavam ocupadas. Em 2013 e 2014,

eles representavam 58,1%. Cerca de 24,1 milhões de pessoas consideravam-se subutilizadas em 2022. Em 2014, eram aproximadamente 15,6 milhões de pessoas.

Em 2022, 4,3 milhões de pessoas estavam desalentadas – situação em que a pessoa gostaria de trabalhar, porém não procura emprego por achar que não vai encontrar. Em 2014, eram 1,5 milhão.

Emprego sem carteira cresce mais

De acordo com a pesquisa, o total de ocupados chegou a 98 milhões, maior média anual da série, com crescimento de 7,4% sobre 2021. Mas o número de empregados sem carteira no setor privado (12,9 milhões) cresceu mais que o de trabalhadores com carteira (35,9 milhões). Os aumentos foram de 14,9% e 9,2%, respectivamente.

Já o número médio de trabalhadores por conta própria subiu 2,6%, para 25,5 milhões. Por sua vez, os empregados no setor doméstico, onde predomina a informalidade, aumentou 12,2%, somando 5,8 milhões.

Com esses resultados, a taxa média de informalidade oscilou de 40,1%, em 2021, para 39,6%. Mas fica acima das taxas registrada em 2016 (38,6%) e mesmo em 2020 (38,3%).

Fonte: CONTRAF

Governo propõe devolver impostos sobre consumo para famílias mais pobres

Objetivo é diminuir carga tributária a famílias mais vulneráveis, cadastradas no CadÚnico. Ideia é devolver parte do imposto pago por meio do consumo de produtos como os alimentos, por exemplo

TANIA REGO/AGÊNCIA BRASIL



Com o objetivo de aliviar a carga tributária de famílias mais pobres, o governo federal vem estudando a elaboração de uma proposta de devolução de impostos pagos automaticamente no consumo, ou seja, os impostos embutidos em produtos, em especial, de alimentos, os mais consumidos por esta população. A ideia do ‘cashback’ foi confirmada pelo secretário de Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy.

De acordo com Appy, este modelo de tributação e devolução dos impostos, seria uma forma “eficiente de fazer política distributiva”. Em um evento organizado pelo banco BTG Pactual, que reuniu vários economistas, o secretário afirmou que o objetivo principal é “estimular o crescimento”. Disse ainda que “seria positivo do ponto de vista distributivo.

Para viabilizar o sistema de devolução, Appy citou o Cadastro Único (CadÚnico) como uma das possibilidades para mapear as famílias que seriam beneficiárias. Desta forma, tais famílias informariam o CPF na hora da compra e estariam aptas a serem ressarcidas posteriormente, após a verificação de quais impostos foram embutidos naquela compra.

“Por exemplo, quero devolver o imposto correspondente ao gasto com cesta básica dos 30% mais pobres, um exemplo, nesse caso, para os 10% mais pobres, o efeito disso é maior do que desonerar a cesta básica, medida focalizada. Em vez de desonerar o produto, desonera a pessoa”, explicou o ministro, em entrevista à TV Globo.

Ainda segundo o secretário, o ressarcimento seria feito respeitando um teto de valores a fim de evitar fraudes.

Grupo de trabalho

O grupo de parlamentares responsável por debater a reforma Tributária na Câmara dos Deputados se reuniu nesta segunda-feira (27) e um dos temas apresentados foi a ideia da devolução aos mais pobres, o ‘cashback’.

Para o deputado federal Reginaldo Lopes, (PT-MG), coordenador do grupo, o modelo, que ainda não está definitivamente elaborado, diferenciaria as alíquotas pagas pelos mais pobres, permitindo uma maior progressividade no sistema tributário. Hoje quem ganha um salário mínimo paga sobre um produto o mesmo valor do que quem ganha 30 salários, por exemplos. O impacto no orçamento de quem ganha menos é maior.

Em entrevista à CNN, Lopes afirmou citou os alimentos ao afirmar que para os mais pobres, era importante uma devolução daquele imposto pago em especial na cesta básica. É uma forma de você ter um modelo mais distributivo, mais progressivo, mesmo na tributação sobre o consumo”, disse o deputado.

Fonte: Redação CUT | Editado por: André Accarini

Senado pode definir presidências de comissões pelo voto

Blocos e partidos ainda buscam acordos para não haver disputa nos colegiados



Blocos e partidos ainda buscam acordos para não haver disputa nos colegiados

Fonte: Agência Senado

Até quinta-feira (2) deverão ser definidos — no voto — os presidentes e vice-presidentes das comissões temáticas do Senado. O prazo foi acertado nesta terça-feira (28) na primeira reunião de líderes da nova legislatura.

Na quarta-feira (19), os blocos e partidos farão a indicação dos membros dos colegiados de acordo com a proporcionalidade partidária. E, no dia seguinte, será feita a instalação e eleição

nos colegiados. Senadores não descartam, contudo, um acordo para garantir eleições sem disputa nas comissões. Tradicionalmente, senadores acertam os comandos dos colegiados conforme as bancadas e as chapas formadas na disputa da Presidência do Senado. A eleição, assim, apenas formaliza esses acordos.

— A proporcionalidade é garantida na medida em que a ocupação dos lugares nas comissões

é feita proporcionalmente ao tamanho de cada bancada. A eleição é feita no voto. Então, se chegar em qualquer comissão e for apresentado algum candidato, ou ele ganha no voto ou não será eleito. Poderá haver um acordo. Se não houver, provavelmente terá disputa em todas as comissões. [...]. Foi batido o martelo que quinta-feira faz a eleição de presidente e vice. Daqui até quinta-feira em política muita coisa pode acontecer — disse o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Líder do PL, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) também avalia que é possível a construção de um consenso entre os líderes até quinta-feira.

— Sabemos que há compromisso das campanhas. Importante esse tempo até quinta-feira para que as lideranças possam conversar para essa composição — apontou.

CPI

Sobre a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar os atos golpistas do dia 8 de janeiro, o entendimento majoritário é que ela não deve prosperar sem a coleta de novas assinaturas. Como o requerimento para criação do colegiado foi protocolado em janeiro pela senadora Soraya Thronicke (União-MS) — antes da atual legislatura — senadores entendem que ele não teria validade.

Para Carlos Portinho (PL-RJ) a tendência é que a investigação ocorra por meio de uma comissão mista — formada por deputados e senadores. A CPMI já alcançou o número suficiente de assinaturas.

— A CPMI já alcançou as assinaturas. A CPMI tem instalação automática na primeira sessão do Congresso — apontou o senador fluminense.

Jaques Wagner avalia que assinaturas podem ser retiradas até a próxima sessão do Congresso. Para o senador, a investigação já vem sendo feita pelos órgãos de segurança, o que tornaria desnecessária a criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

— Não é que é ruim para o governo, afinal de contas a agressão foi feita por aqueles que são contra o governo. Não se trata de uma CPI onde o governo vai ficar na berlinda, mas, se você me perguntar: vale a pena gastar essa energia? Na minha opinião, não — disse o líder do governo.

Antes da reunião, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apontou que estuda criar uma comissão permanente para defender o Estado democrático de direito.

— A comissão que foi criada mais recentemente foi a comissão de segurança pública. Era uma distorção não termos uma comissão de segurança no Senado. Agora eu tenho uma proposta que é a transformação da Comissão Senado do Futuro em uma comissão permanente de defesa do Estado democrático de direito. Eu considero muito importante que haja a permanente vigilância do Senado depois de tudo que aconteceu — afirmou.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF